

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.514 - SP
(2019/0188498-8)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : CONDOMINIO PATIO PAINEIRA
ADVOGADO : LEOPOLDO ELIZIARIO DOMINGUES E OUTRO(S) - SP087112
EMBARGADO : GABRIELA JUVENTINA MUNIZ TAVARES
ADVOGADO : Roseneide Lopes Villas Boas E OUTRO(S) - SP395123

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PÁTIO PAINEIRA** em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 1262/1267, e-STJ, que negou provimento ao reclamo pela ausência de negativa de prestação jurisdicional, pela incidência da Súmula 7/STJ e pela ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Irresignado, a ora embargante afirma que há erro material e omissão na decisão embargada ao considerar que não houve negativa de prestação jurisdicional, ao aplicar a Súmula 7/STJ e não considerar o dissídio jurisprudencial demonstrado.

Impugnação às fls. 1322/1325, e-STJ.

É o relatório.

Sem razão o embargante, impondo-se a rejeição do recurso.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, os embargantes sustentam que a ocorrência de omissão e erro material na decisão desta Corte, pois entende que a fundamentação do tribunal local não foi adequadamente exposta, que não é caso de aplicação da Súmula 7/STJ, bem como aduziu que o dissídio foi analiticamente demonstrado.

Razão não lhe assiste.

Conforme afirma a decisão embargada, não houve negativa de prestação jurisdicional, porquanto a Corte Estadual dirimiu clara e integralmente a controvérsia acerca da perícia. No ponto, a decisão desta Corte transcreveu trecho do acórdão de modo a demonstrar seu entendimento. No mérito, a Corte estadual consignou que a embargante não trouxe aos autos elementos suficientes aptos a invalidar a perícia realizada e, para derruir tal conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada mediante o óbice da Súmula 7/STJ. Por fim, no que tange à alínea c, não foi demonstrada a alegada divergência, tendo em vista que não foi realizado o cotejo analítico entre os arestos confrontados.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro, fundamentado e sem erro material, apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

2. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

